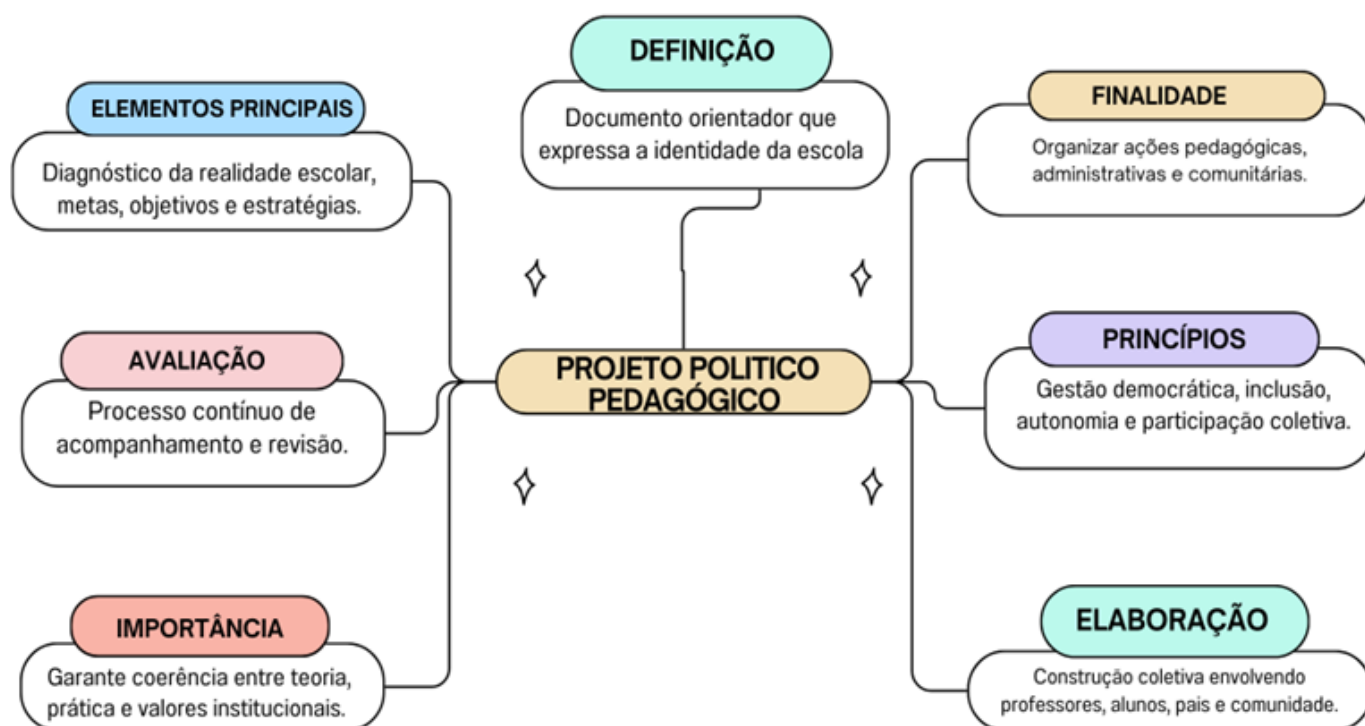


OS PEDAGÓGICOS
cursos e concursos



SEDUC PARÁ

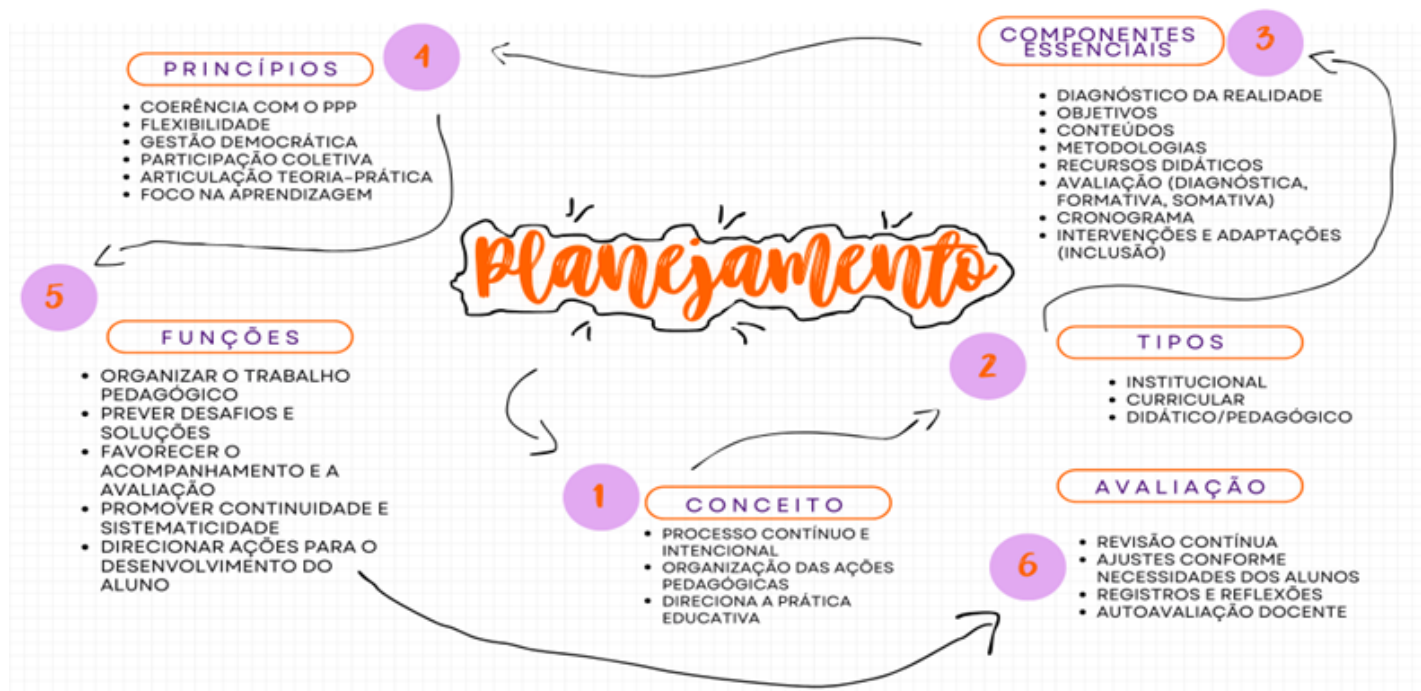
O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento essencial para o funcionamento das instituições de ensino e representa a identidade da escola. Mais do que um simples registro administrativo, o PPP orienta as ações pedagógicas, organizacionais e culturais da unidade escolar, definindo objetivos, metas, princípios e estratégias que guiam o processo educativo. De acordo com a legislação educacional brasileira, especialmente a LDB/1996, o PPP deve ser construído coletivamente, envolvendo gestores, professores, funcionários, estudantes e comunidade, garantindo a participação democrática e o compromisso com a qualidade social da educação. No contexto dos concursos públicos, compreender o PPP é fundamental, pois ele articula o papel da escola, seus desafios, suas práticas inclusivas e sua função social, servindo como instrumento de planejamento, acompanhamento e transformação da realidade escolar.



O planejamento escolar é um processo fundamental para organizar e orientar o trabalho pedagógico dentro da escola. Ele surge da necessidade de garantir que as ações educativas sejam intencionais, coerentes e voltadas para a aprendizagem dos estudantes. Em um contexto de constantes mudanças sociais, culturais e tecnológicas, planejar torna-se essencial para que a escola possa responder de maneira eficaz aos desafios contemporâneos e às demandas da comunidade escolar.

Mais do que prever atividades, o planejamento escolar envolve refletir sobre a realidade dos alunos, definir objetivos, selecionar metodologias, organizar conteúdos e estabelecer formas de avaliação. Ele é construído de maneira participativa, articulado ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) e orientado pelos princípios da gestão democrática. Assim, o planejamento assume um caráter dinâmico e flexível, permitindo ajustes contínuos conforme as necessidades que surgem ao longo do processo educativo.

Ao estruturar o trabalho docente e institucional, o planejamento escolar promove intencionalidade na prática pedagógica, favorece a organização das ações e contribui para a melhoria da qualidade da educação. Dessa forma, representa uma ferramenta essencial para garantir que a escola cumpra sua função social de formar cidadãos críticos, autônomos e capazes de atuar de forma consciente na sociedade.



A história da Educação Brasileira é marcada por transformações que acompanharam as mudanças políticas, sociais e econômicas do país. Desde o período colonial, a educação esteve vinculada a diferentes projetos de sociedade, passando da influência religiosa dos jesuítas à progressiva organização de um sistema público de ensino. Ao longo desse percurso, a escola deixou de atender apenas grupos restritos e passou a ser reconhecida, gradualmente, como um direito de todos.

Compreender os principais aspectos históricos da educação no Brasil é fundamental para quem estuda para concursos, pois esse tema permite analisar a evolução das políticas educacionais, da legislação e do papel do Estado na garantia do ensino. Além disso, o conhecimento desses marcos ajuda a entender como se consolidaram princípios como gratuidade, laicidade, universalização do acesso, inclusão e valorização da educação como instrumento de cidadania.



O Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069/1990, é um dos principais marcos da proteção infantojuvenil no Brasil. Inspirado no princípio da proteção integral, o ECA reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e estabelece garantias fundamentais voltadas à vida, à saúde, à educação, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, ao esporte, ao lazer e à cultura. Além disso, o Estatuto define criança como a pessoa com até 12 anos incompletos e adolescente como aquela entre 12 e 18 anos.

Para quem estuda esse tema, é essencial compreender que o ECA assegura prioridade absoluta à infância e à adolescência, determinando que esse público deve receber proteção e socorro em primeiro lugar, além de resguardar direitos civis, sociais e educacionais. O Estatuto também prevê a responsabilização diante de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, bem como a obrigatoriedade de comunicação dos casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos ao Conselho Tutelar. Desse modo, o ECA representa um instrumento fundamental para a promoção da cidadania, da inclusão e da garantia de direitos.

Proteção Integral

Direito à vida, saúde, liberdade, respeito, dignidade, educação, cultura, esporte e lazer.

Crianças

Consideradas menores de 12 anos.

Adolescentes

Pessoas entre 12 e 18 anos.

Prioridade Absoluta

Devem ser os primeiros a receber proteção e socorro.

ECA ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Será punido qualquer atentado, ação ou omissão de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Direito à educação: pleno desenvolvimento, igualdade de condições para acesso e permanência na escola e gratuito perto de casa.

Direito de ir e vir, à opinião e expressão; brincar, praticar esportes e se divertir.

Casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos devem ser comunicados ao Conselho Tutelar.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

(Instituto Consulplan - 2023 - Prefeitura de Nova Friburgo - RJ - Pedagogo)

Segundo Veiga (2013), o Projeto Político-Pedagógico – PPP, é um instrumento que descreve e revela a escola, para além de suas intenções e concepções; trata-se de uma forma de organizar o trabalho pedagógico. A responsabilidade da construção deste projeto de sociedade e de educação é de toda a comunidade escolar, sendo um processo democrático de decisões, preocupa-se em ministrar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mundo impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola. De acordo com a autora, o PPP deve estar embasado em princípios que norteiam a escola democrática, pública

e gratuita, dando identidade à instituição escolar. Tais princípios possuem um caráter permanente e fundamentado nas ações pedagógicas.

01. Considerando os princípios que norteiam o PPP, assinale a afirmativa CORRETA:

A. Igualdade; autonomia; valorização do magistério; e, alfabetização para todos.

B. Qualidade total; gestão democrática; valorização do ensino; e, aprendizagem.

C. Igualdade; qualidade; gestão democrática; liberdade/autonomia; e, valorização do magistério.

D. Universalização do ensino, erradicação do analfabetismo; liberdade/autonomia; e, valorização do magistério.

(CONSULPLAN - 2022 - Prefeitura de Juiz de Fora - MG - Coordenador Pedagógico)

Embora a elaboração do Projeto Políti-

co-Pedagógico (PPP) se configure como uma exigência legal, vale reafirmar que a instituição de ensino não deve produzir apenas para atender a legislação educacional. Para além da exigência legal, a elaboração do PPP se configura como um importante instrumento para a organização do trabalho pedagógico diante dos anseios da comunidade escolar. No processo de (re)construção do PPP, é importante observar algumas características e dimensões que organizam o trabalho pedagógico e orientam a escola no cumprimento de sua função social, buscando assegurar o sucesso da aprendizagem do aluno.

Sobre as características do PPP, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A participação é coletiva, devendo primar pelo envolvimento efetivo dos vários segmentos que compõem a escola.
- () Possui abrangência global que abarca outros projetos de ação capaz de possibilitar a unidade e a organicidade das atividades desenvolvidas na escola.
- () O marco situacional e o marco operacional devem ser revisitados no início de cada ano letivo. O marco conceitual, por ser composto de concepções, apresenta uma duração maior e não exige revisão, podendo manter-se o mesmo por vários anos letivos.
- () A concretização processual não se esgota na elaboração do documento, ou na realização de uma ação. Baseia-se no exercício constante de avaliação e articulação entre ação-reflexão-ação.

02. A sequência está CORRETA em:

- A. F, F, F, V.
- B. F, V, V, F.
- C. V, V, F, V.
- D. F, F, V, F.
- E. V, V, V, V.

(CONSULPLAN - 2022 - Prefeitura de Juiz de Fora - MG - Coordenador Pedagógico)

A organização do Projeto Político-Pedagógico (PPP) pelas escolas teve seu início com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) que, em seu Art. 12, antecipa que “os estabelecimentos de

ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Em seu Art. 13, inciso primeiro, é determinado que “os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”.

03. Sobre o PPP, assinale a afirmativa INCORRETA:

- A. Ser “pedagógico” é estabelecer as ações educativas e as particularidades necessárias às escolas de desempenharem suas deliberações e suas finalidades.
- B. Ser “político” é estar ligado ao bem comum e ter um comprometimento com a efetivação da cidadania, para que este se insira de maneira adequada ao meio social.
- C. Para construí-lo é necessário, primeiramente, que se atente aos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do trabalho docente.
- D. A escola é composta basicamente por duas estruturas: administrativas e pedagógicas. A administrativa é responsável pela locação e condução de recursos humanos, da estrutura física e financeira. A pedagógica está relacionada ao ensino-aprendizagem, às políticas da escola e ao currículo; portanto, é na estrutura pedagógica que se encontra todo o trabalho pedagógico, cabendo a ela a elaboração do PPP.
- E. Quando se trata de “político-pedagógico” há um significado inseparável, que deve discorrer sobre o Projeto Político- -Pedagógico como um processamento definitivo de pensamento e debate dos desafios que a escola passa, na tentativa de requerer meios cabíveis à efetivação de sua intencionalidade. Em contrapartida concede a experiência democrática fundamental para a interação de todos da comunidade escolar e a prática da cidadania.

(CONSULPLAN - 2022 - Prefeitura de Juiz de Fora - MG - Coordenador Pedagógico)

De acordo com Araújo (2003), o objetivo da educação gira em torno de dois eixos: a “instrução” e a “formação”. A instrução refere-se à transmissão dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade e re-

presentados, na escola, pelos conteúdos disciplinares; a formação volta-se para a ética e a cidadania, que pressupõem a construção de uma sociedade que garanta vida digna para todos os seres humanos, compreendendo o desenvolvimento de aspectos que deem, aos alunos, certas “[...] condições físicas, psíquicas, cognitivas e culturais necessárias para uma vida pessoal digna e saudável e para poderem exercer e participar efetivamente da vida política e pública da sociedade, de forma crítica e autônoma”. Considerando o exposto, bem como os eixos instrução e formação, o autor apresenta uma proposta de trabalho pedagógico pautada nos princípios da transversalidade e da estratégia de projetos.

Diante disso, analise as afirmativas a seguir:

I. A articulação entre a transversalidade e a estratégia de projetos pauta-se em um trabalho interdisciplinar, em que os conhecimentos são vistos como uma rede de relações, em um percurso não linear, permeado por incertezas.

II. Para a construção de um projeto, a temática é escolhida pelo docente diante do currículo de formação. Em seguida, poderá ser apresentada aos alunos, para que informem suas curiosidades e interesses a respeito do tema a ser abordado.

III. O foco do projeto deverá estar relacionado, por exemplo, aos direitos humanos, à afetividade, aos problemas sociais, à resolução de conflitos etc. Tal temática articula-se aos conteúdos escolares.

IV. Ao longo do projeto, as disciplinas escolares vão sendo contempladas e passam a oferecer suporte na busca por respostas às questões levantadas pelo grupo. O planejamento dos conteúdos disciplinares a ser ensinado e aprendido, assim como as estratégias metodológicas das aulas, é elaborado pelo docente, considerando o currículo referente à idade/série.

04. Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- A. I e III.
- B. II e III.
- C. III e IV.
- D. I, III e IV.
- E. II, III e IV.

(CONSULPLAN - 2019 - MPE-PA - Estagiário – Pedagogia)

O Projeto Político-Pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola.

(VEIGA, 2007, p. 13.)

05. Sobre o Projeto Político-Pedagógico, é INCORRETO afirmar que:

A. A sua construção necessita de isenção das influências das práticas sociais, das relações históricas e políticas desenvolvidas por seus sujeitos.

B. A escola irá concebê-lo buscando autonomia para executá-lo e avaliá-lo, partindo de uma reflexão sobre suas finalidades sociopolíticas e culturais e sobre a organização do seu trabalho pedagógico.

C. Vai além de um agrupamento de planos de ensino e atividades, passando a ser uma ação intencional com um compromisso definido coletivamente, construído e vivenciado em todos os momentos.

D. Tem um papel fundamental, no sentido de garantir uma intencionalidade política no trabalho pedagógico, construindo um espaço de reflexão para compreender a ideologia presente nos discursos e práticas pedagógicas.

PLANEJAMENTO

(CONSULPLAN - 2022 - Prefeitura de Juiz de Fora - MG - Professor Regente A)

06. De acordo com Haydt, o professor, ao planejar a aula, deverá, EXCETO:

- A.** Estabelecer como será feita a avaliação das atividades.
- B.** Especificar os itens e subitens do conteúdo a ser trabalhado.
- C.** Prever os objetivos imediatos (conhecimentos, habilidades e atitudes).
- D.** Definir os procedimentos de ensino e organizar as atividades de aprendizagem (individuais ou em grupo).
- E.** Prever os conhecimentos a serem desenvolvidos em uma determinada classe durante um certo período de tempo; geralmente, um semestre.

07. No contexto escolar, o planejamento pedagógico deve ser compreendido como um processo:

- A.** burocrático, elaborado apenas para atender às exigências administrativas da rede de ensino.
- B.** estático, definido no início do ano letivo e mantido sem alterações até o seu término.
- C.** intencional, organizado e passível de revisão, conforme as necessidades do processo de ensino e aprendizagem.
- D.** individual, de responsabilidade exclusiva da equipe gestora, sem participação docente.
- E.** opcional, pois a prática pedagógica dispensa previsão prévia de objetivos e estratégias.

08. Em relação ao planejamento de ensino, assinale a alternativa CORRETA:

- A.** Deve priorizar exclusivamente os conteúdos conceituais, deixando em segundo plano procedimentos e atitudes.
- B.** Tem como uma de suas funções articular objetivos, conteúdos, metodologias, recursos e avaliação.
- C.** Limita-se ao preenchimento de formulários exigidos pela coordenação pedagógica.
- D.** Independe do conhecimento da realidade da turma, pois o currículo já define todo o trabalho docente.

E. Deve ser elaborado de modo genérico, sem considerar diferenças entre os estudantes.

Ao elaborar seu planejamento, um professor analisa o perfil da turma, define objetivos de aprendizagem, seleciona estratégias diversificadas e prevê instrumentos de avaliação compatíveis com o que será ensinado.

09. Essa conduta demonstra que o planejamento:

- A.** deve ser construído sem vínculo com a avaliação, para evitar interferências no ensino.
- B.** precisa ocorrer de forma improvisada, a fim de respeitar a espontaneidade da aula.
- C.** organiza a prática pedagógica com base na intencionalidade e na coerência entre seus elementos.
- D.** pode desconsiderar as características dos estudantes, desde que o conteúdo programático seja cumprido.
- E.** substitui a prática docente, tornando desnecessárias intervenções durante o processo de ensino.

10. Sobre a relação entre planejamento e avaliação no trabalho pedagógico, assinale a alternativa CORRETA:

- A.** A avaliação deve ocorrer apenas ao final do período letivo, sem interferir no planejamento já definido.
- B.** Planejamento e avaliação são processos independentes, que não precisam se influenciar mutuamente.
- C.** A avaliação serve unicamente para atribuir notas, não contribuindo para a reorganização do ensino.
- D.** Os resultados da avaliação podem subsidiar a revisão do planejamento e o redirecionamento das ações pedagógicas.
- E.** O planejamento elimina a necessidade de avaliação, pois já prevê todos os resultados da aprendizagem.

PRINCIPAIS ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

(Instituto Consulplan - 2023 - Prefeitura de Nova Friburgo - RJ – Pedagogo)

Com o desenvolvimento do processo de industrialização, a partir do século XVIII, desenvolve-se a atividade de supervisão, cujo objetivo era melhorar quantitativa e qualitativamente a produção. Conforme Lima (2013), a supervisão é fruto da necessidade de melhor adestramento de técnicas para a indústria e o comércio, estendendo-se, posteriormente, aos demais campos: militar, esportivo, político, educacional, dentre outros, com o objetivo de alcançar um bom resultado do trabalho em realização. A supervisão pedagógica é assumida no âmbito educacional, conforme aponta Lima (2013), no começo do século XX, quando se verificou a utilização dos conhecimentos científicos para a melhoria do ensino e para a medida dos resultados de aprendizagens dos alunos.

11. Sobre o exposto e, ainda, considerando o primeiro registro legal acerca da atuação do supervisor escolar no Brasil, infere-se que:

A. Ocorreu na década de 1930, com a Reforma Francisco Campos – primeira reforma educacional de caráter nacional que, pelo Decreto-Lei nº 19.890, de 18 de abril de 1931, entre outras especificações, concebia a supervisão de forma diferente da qual se processava o acompanhamento educacional até o momento, substituiu-se o caráter fiscalizador pelo supervisor.

B. Aconteceu em 1942, com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário, por meio do Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, a orientação pedagógica acrescentada aos aspectos administrativos e de inspeção. O Art. 75, § 1º do referido decreto, prescrevia que “a inspeção far-se-á, não somente sob o ponto de vista administrativo, mas ainda com o caráter de supervisão pedagógica”.

C. Com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 4.024/1961, os governos estaduais e municipais ficaram responsáveis por assumir os encargos de organização e efetivação dos serviços educacionais; a supervisão escolar passou a exercer, nos sistemas educacionais,

a função de controlar a qualidade do ensino e de criar condições que promovessem sua real melhoria.

D. Na década de 1950, através de uma política de aliança entre o Brasil e os Estados Unidos no cenário da educação brasileira, a supervisão se inicia no país mediante cursos promovidos pelo Programa Americano-Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar (PABAE), que formou a primeira leva de supervisores escolares para atuar no ensino elementar (primário) brasileiro, com vistas à modernização do ensino e ao preparo do professor leigo.

(Instituto Consulplan - 2023 - Prefeitura de Nova Friburgo - RJ - Pedagogo)

A riqueza e a complexidade da história da educação brasileira decorrem da interação de uma variedade de fatores históricos, culturais, sociais e políticos ao longo do tempo. Isso torna o estudo e a compreensão deste contexto educacional uma tarefa complexa, mas fundamental para o desenvolvimento do sistema educacional do país. A partir dos anos 1500, a Companhia de Jesus começou a implantar colégios por todos os continentes mais de um século antes de Comenius escrever a Didática Magna. O Brasil não ficou de fora desta ação. Linha de frente da Contrarreforma manteve no trabalho didático, em grande parte, as fontes utilizadas na época medieval. Os textos clássicos ainda alicerçavam os estudos de gramática, de humanidade, de retórica e de filosofia. No entanto, novos condicionamentos mudavam profundamente a forma de operá-los no âmbito do trabalho didático.

Considerando as informações anteriores, analise as afirmativas a seguir:

I. A invenção e o avanço da imprensa de caracteres móveis, que, desde então, baratearam e difundiram o livro impresso como o suporte mais apropriado dos textos.

II. A necessidade do expurgo daqueles passos das obras clássicas que feriam frontalmente a doutrina católica. Esse controle ideológico tornava providencial o uso de extratos.

III. A forma de organização do trabalho didático difundida pelos colégios jesuíticos, na medida em que a relação educativa passava a se dar entre professor, de um lado, e discípulos de outro.

IV. A relação individual, típica do ensino preceptorial, que assegurava ao mestre controle absoluto sobre leituras do discípulo, dava lugar à relação de caráter coletivo, que limitava a ação controladora do professor.

V. O elevado número de alunos em sala de aula impunha tanto por motivos didáticos quanto por motivos ideológicos emergência de instrumento de trabalho dotado, ele próprio, de recursos de controle sobre as informações veiculadas.

12. Está CORRETO o que se afirma em:

- A.** I, II, III, IV e V.
- B.** I e III, apenas.
- C.** I, II, IV e V, apenas.
- D.** II, III, IV e V, apenas.

(CONSULPLAN - 2022 - MPE-PA - Técnico – Pedagogo)

Em matéria datada de 12 de junho de 1932, quando comemorou os dois primeiros anos de sua “Página de Educação”, Cecília Meireles (2001) escreveu que o problema da educação não seria resolvido em dois ou três anos, devido à extensão das exigências que lhe eram inerentes e às dificuldades para “atender aos seus detalhes, sem prejuízo para a obra de seu conjunto”. “Os sonhos levam tempo a ganhar a sua realidade exata, principalmente quando não querem transigir em se perder uma de formação apressada.” Cecília afirmou também que aqueles dois anos foram “intensos de sinceridade, de desinteresse, de luta, de altivez e de fé. Talvez muitas vidas humanas não tenham tido dois anos assim”. Refletindo sobre estas frases, identificamos os vínculos de Cecília Meireles com o escolanovismo, tanto no Brasil quanto em outros países. Tal movimento apresentou grande dispersão de temas e abordagens, mas, ainda assim, é possível identificar algumas formulações comuns às suas várias correntes do pensamento escolanovista.

Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir:

I. Formação da personalidade integral do educando, tendo em vista não apenas o desenvolvimento de atributos individuais, mas especialmente a reordenação da sociedade, o que caracteriza uma educação socializadora/civilizadora.

II. Aproveitamento das experiências cotidianas dos alunos sem desprezar os conteúdos das matérias escolares, o que se materializa por meio da renovação dos métodos de ensino.

III. Propunha o humanismo laico com uma visão valorizadora e digna do ser humano, para a qual uma visão racionalista e cética é fundamental, embora nela também seja importante a questão ética do ser humano, algo que os racionalistas não contemplavam.

IV. Redirecionamento da mentalidade dos professores, envolvendo novas concepções morais e sintonia com os avanços da modernidade, em que se incluem as contribuições das ciências à educação e a universalização do acesso à escola.

13. Está CORRETO o que se afirma em:

- A.** I, II, III e IV.
- B.** III, apenas.
- C.** I, II e IV, apenas.
- D.** II, III e IV, apenas.

(CONSULPLAN - 2022 - MPE-PA - Técnico – Pedagogo)

Representante da pedagogia histórico-crítica no Brasil, o professor Demerval Saviani destaca a necessidade de se elaborar uma teoria educacional a partir da prática e de tal teoria ser capaz de servir de base para a construção de um sistema educacional. Além disso, destaca a dimensão política da educação: “a importância política da educação reside na sua função de socialização do conhecimento. É, pois, realizando-se na especificidade que lhe é própria que a educação cumpre sua função política. Daí ter eu afirmado que ao dissolver a especificidade da contribuição pedagógica anula-se, em consequência, a sua importância política”.

14. A partir deste excerto da obra “História das Ideias Pedagógicas”, as reflexões podem ser ordenadas e sistematizadas nas seguintes teses, EXCETO:

A. Tese 1: não existe identidade entre educação e política. Se é assim, a educação e política são fenômenos inseparáveis; porém, efetivamente distintos entre si; Tese 2: toda prática educativa contém inevitavelmente uma dimensão política; e, Tese 3: toda prática política também contém, por sua vez, inevitavelmente uma dimensão educativa.

B. Tese 6: a especificidade da prática educativa se define pelo caráter de uma relação que se trava entre contrários não-antagônicos. Em consequência, a política é, então, uma relação de dominação alicerçada, pois, na persuasão; Tese 7: a especificidade da prática política se define pelo caráter de uma relação que se trava entre contrários antagônicos. Em consequência, a política é, então, uma relação de dominação alicerçada, pois, na dissuasão.

C. Tese 8: as relações entre educação e política se dão na forma da autonomia relativa e dependência recíproca; Tese 9: as sociedades de classe se caracterizam pelo primado da política, o que determina a subordinação real da educação à prática política; Tese 10: superada a sociedade de classes cessa o primado da política e, em consequência, a subordinação da educação. Nas sociedades de classes a subordinação da educação exclui sua margem de autonomia.

D. Tese 4: a explicitação da dimensão política da prática educativa está condicionada à explicitação da especificidade da prática educativa; Tese 5: a explicitação da dimensão educativa da prática política está, por sua vez, condicionada à explicitação da especificidade da prática política. Estas duas teses decorrem, necessariamente da efetiva distinção entre educação e política. Com efeito, só é possível captar a dimensão política da prática educativa e vice-versa, na medida em que tais práticas forem captadas como efetivamente distintas umas das outras.

(CONSULPLAN - 2022 - MPE-PA - Técnico - Pedagogo)

O Brasil, país capitalista periférico, possui graves problemas educacionais e, historicamente, tem procurado resolvê-los, importando modelos e reflexões pedagógicas

desenvolvidos em países centrais com características sociais e em estágios de desenvolvimento econômico completamente diversos dos seus. Passos importantes foram dados no sentido de ampliar a oferta da educação pública, ainda que por força de Lei, que torna o direito à educação um direito subjetivo do cidadão.

Para considerar uma real democratização da escola pública, devemos concebê-la como uma instituição que:

() Transcende o acesso das camadas mais pobres da população sem condições mínimas que a assegurem, e mesmo a mudança nos processos de decisão no âmbito do sistema escolar, sendo preciso democratizar o conhecimento.

() Ajuda os alunos a se expressarem bem, a se comunicarem de diversas formas, a desenvolverem o gosto pelos estudos, a dominarem o saber escolar; ajuda na formação de sua personalidade social e na sua organização enquanto coletividade.

() Proporciona aos alunos o saber e o saber-fazer críticos como pré-condição para sua participação em outras instâncias da via social, inclusive para melhoria das suas condições de vida.

() Deve ser entendida como ampliação das oportunidades educacionais, difusão dos conhecimentos e sua reelaboração crítica; aprimoramento da prática educativa escolar visando à elevação cultural e científica das camadas populares.

() Contribui, ao mesmo tempo que amplia as oportunidades educacionais das camadas mais pobres, para responder às suas necessidades e aspirações mais imediatas e à sua inserção em um projeto coletivo de mudança da sociedade.

15. A sequência está CORRETA em:

A. F, F, V, V, F.

B. V, F, F, F, V.

C. F, V, F, F, F.

D. V, V, V, V, V.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

(CONSULPLAN - 2023 - Prefeitura de Campos dos Goytacazes - RJ - Educador Social)

De acordo com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece direitos e proteções especiais para crianças e adolescentes no Brasil, é importante compreender as regras relativas ao trabalho adolescente. O ECA aborda a idade mínima para o trabalho remunerado, bem como as condições permitidas para os adolescentes exercerem atividades profissionais.

16. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é proibido o trabalho, salvo na condição de aprendiz, a menores de:

- A. 14 anos.
- B. 15 anos.
- C. 16 anos.
- D. 17 anos.
- E. 18 anos.

(CONSULPLAN - 2023 - Prefeitura de Campos dos Goytacazes - RJ - Educador Social)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece uma série de normativas relacionadas às infrações administrativas, que têm como objetivo coibir práticas prejudiciais e assegurar um ambiente seguro e saudável para o desenvolvimento da juventude.

Sobre as infrações administrativas relacionadas ao ECA, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente pode resultar em multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

() Impedir o responsável ou funcionário de entidade de atendimento o exercício dos direitos constantes nos incisos II, III, VII, VIII e XI do artigo 124 desta Lei pode acarretar em multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

() Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional pode resultar em multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

() Hospedar criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável ou sem autorização escrita destes, ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres, pode resultar em multa de dez a cinquenta salários de referência; em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até trinta dias.

17. A sequência está CORRETA em:

- A. V, V, F, F.
- B. V, F, F, F.
- C. F, V, F, V.
- D. F, F, V, F.
- E. V, V, V, F.

(CONSULPLAN - 2023 - Prefeitura de Campos dos Goytacazes - RJ - Educador Social)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regulamentado pela Lei nº 8.069/1990, é um conjunto de leis criadas para assegurar que jovens até 18 anos tenham seus direitos fundamentais respeitados e para promover seu desenvolvimento saudável e pleno.

18. Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a afirmativa INCORRETA:

- A. Estabelece prioridade absoluta na garantia de direitos às crianças e adolescentes em qualquer circunstância.
- B. Regulamenta o tratamento de crianças e adolescentes em conflito com a lei, promovendo medidas socioeducativas adequadas à sua idade e circunstâncias.
- C. Prevê que crianças e adolescentes em situação de rua podem ser recolhidos compulsoriamente, mesmo que não representem risco a si mesmos ou a terceiros.
- D. Assegura o direito à educação, sendo dever da família, da sociedade e do Estado as-

segurá-la, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

E. Determina que crianças e adolescentes têm o direito de serem ouvidos em processos judiciais que os afetem, devendo suas opiniões serem devidamente consideradas, de acordo com sua idade e maturidade.

(CONSULPLAN - 2023 - Prefeitura de Campos dos Goytacazes - RJ - Educador Social)
Em consonância com as orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, sobre a preservação e o fortalecimento da convivência comunitária, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

Sempre que possível a criança e o adolescente devem frequentar a mesma escola em que estudavam antes do acolhimento, de modo a preservar vínculos pré-existentes, salvo mudança necessária para sua proteção.

A criança e o adolescente devem participar da vida diária da comunidade e ter a oportunidade de construir laços de afetividade significativos com a mesma.

Os serviços de acolhimento devem estar localizados em áreas residenciais, sem se distanciar excessivamente do ponto de vista geográfico e socioeconômico, do contexto de origem das crianças e adolescentes, salvo determinação judicial em contrário.

O contato direto de pessoas da comunidade com crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, nas dependências do mesmo, deverá ser precedido de preparação, visando assegurar que este contato será benéfico às crianças e aos adolescentes.

As visitas esporádicas daqueles que não mantêm vínculo significativo e frequentemente sequer retornam uma segunda vez ao serviço de acolhimento expõem as crianças e os adolescentes à permanência de vínculos superficiais, podendo, inclusive, contribuir para que não aprendam a diferenciar conhecidos de desconhecidos e tenham dificuldades para construir vínculos estáveis e duradouros, essenciais para seu desenvolvimento.

19. A sequência está correta em:

A. V, V, V, V, V.

B. F, V, V, V, F.

C. F, F, F, F, V.

D. V, V, F, F, F.

E. V, F, V, F, F.

(CONSULPLAN - 2023 - SESP-PA - Administrador)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei brasileira que garante direitos e proteção integral às pessoas com até 18 anos, promovendo seu desenvolvimento saudável e inclusão social.

20. De acordo com tal legislação, a consequência máxima para o ato infracional praticado por um adolescente de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente é:

A. Liberdade assistida pelo período máximo de dois anos.

B. Medida socioeducativa de semiliberdade pelo período máximo de três anos.

C. Advertência e prestação de serviços à comunidade pelo período de seis meses.

D. Internação em estabelecimento educacional pelo período máximo de cinco anos.

E. Medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional pelo período máximo de três anos.

GABARITO

QUESTÃO 01

GABARITO: C

COMENTÁRIO: Para entendermos esta questão, é essencial reconhecer o Projeto Político-Pedagógico (PPP) como um documento fundamental que define a identidade de uma escola e orienta toda a sua ação educativa. Ele é construído coletivamente e reflete os anseios e as necessidades da comunidade escolar, englobando todos os aspectos que envolvem o processo de ensino-aprendizagem. Ao analisarmos a alternativa correta (C), percebemos que ela engloba princípios fundamentais para a concepção de um PPP comprometido com uma educação democrática e de qualidade. Cada um dos princípios destacados merece nossa atenção:

Igualdade: Refere-se à busca pela equidade no acesso e nas oportunidades de aprendizagem para todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais, socioeconômicas ou culturais.

Qualidade: Está ligada à excelência do ensino e à eficácia dos processos pedagógicos, de modo a garantir uma formação que contribua para o pleno desenvolvimento do estudante.

Gestão democrática: Implica na participação efetiva de toda a comunidade escolar (professores, alunos, pais e funcionários) nas decisões que afetam a vida da escola, fortalecendo o compromisso e a corresponsabilidade de todos.

Liberdade/Autonomia: Relaciona-se à capacidade da escola de definir seus próprios caminhos pedagógicos, respeitando a pluralidade de ideias e promovendo a formação de sujeitos críticos e autônomos.

Valorização do magistério: Enfatiza a importância de reconhecer e investir nos professores enquanto agentes fundamentais do processo educativo, por meio de sua formação contínua, condições dignas de trabalho e justa remuneração.

Esses princípios são indispensáveis para a construção de uma escola que se posicione como espaço de cidadania e que contribua para a formação integral dos estudantes. Eles precisam estar refletidos no PPP para que

este sirva como um verdadeiro guia para a prática educativa, e não apenas como um documento burocrático.

QUESTÃO 02

GABARITO: C

COMENTÁRIO: A alternativa correta é a C - V, V, F, V.

Vamos entender o motivo:

(V) A participação é coletiva, devendo primar pelo envolvimento efetivo dos vários segmentos que compõem a escola. Essa afirmação é verdadeira. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento norteador da instituição de ensino que deve ser construído coletivamente, pois reflete os objetivos e metas da comunidade escolar, e sua elaboração deve envolver todos os segmentos da escola, como professores, alunos, pais, gestores e funcionários.

(V) Possui abrangência global que abarca outros projetos de ação capaz de possibilitar a unidade e a organicidade das atividades desenvolvidas na escola. Este ponto também é verdadeiro. O PPP não é um projeto isolado, mas sim um instrumento que engloba e dá sentido a todos os outros projetos desenvolvidos pela escola, garantindo a coerência e a articulação entre as diversas ações pedagógicas.

(F) O marco situacional e o marco operacional devem ser revisitados no início de cada ano letivo. O marco conceitual, por ser composto de concepções, apresenta uma duração maior e não exige revisão, podendo manter-se o mesmo por vários anos letivos. Esta afirmação é falsa. Todos os marcos do PPP, incluindo o marco conceitual, devem ser revisados periodicamente, pois as concepções não são estáticas e podem mudar ao longo do tempo, precisando ser atualizadas para refletir as novas realidades e necessidades da comunidade escolar.

(V) A concretização processual não se esgota na elaboração do documento, ou na realização de uma ação. Baseia-se no exercício constante de avaliação e articulação entre ação-reflexão-ação. Correto. O PPP é um pro-

cesso contínuo que envolve a implementação de ações, a reflexão sobre essas ações e a reavaliação constante do próprio projeto, configurando um ciclo dinâmico de melhoria contínua do trabalho pedagógico.

Portanto, a alternativa C é a correta porque descreve de maneira precisa as características e a natureza do PPP em uma instituição de ensino, reconhecendo a sua importância como um processo colaborativo e dinâmico que deve ser constantemente revisitado, envolvendo toda a comunidade escolar e articulando as diversas atividades e projetos da escola.

QUESTÃO 03

GABARITO: D

COMENTÁRIO: A alternativa correta é a D, vamos entender o motivo:

A construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) é fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), que estabelece a importância do envolvimento da comunidade escolar na elaboração desse documento. O PPP deve refletir as necessidades e objetivos educacionais da instituição, tendo um caráter tanto político quanto pedagógico.

As alternativas A, B, C e E apresentam conceitos que estão alinhados com os princípios de um PPP eficiente e democrático. Elas destacam a importância da dimensão pedagógica no direcionamento das ações educativas, o compromisso com a cidadania e o bem comum, os princípios de igualdade e liberdade, e a importância de um processo contínuo de reflexão e participação coletiva.

Contudo, a alternativa D contém uma incoerência. Afirma que apenas a estrutura pedagógica da escola é responsável pela elaboração do PPP, o que desconsidera o caráter coletivo e a participação múltipla preconizados pela LDB. O PPP não deve ser responsabilidade exclusiva de um setor da escola, mas sim um resultado do trabalho colaborativo entre todos os envolvidos na comunidade escolar, incluindo a estrutura administrativa. A gestão democrática implica que a elaboração do PPP seja um processo compartilhado, que leve em conta tanto aspectos pedagó-

gicos quanto administrativos.

O entendimento correto é que a estrutura administrativa, que lida com recursos humanos, estrutura física e financeira, e a estrutura pedagógica, relacionada ao ensino-aprendizagem, políticas escolares e currículo, devem trabalhar juntas na construção de um PPP coerente e alinhado com as expectativas e necessidades de toda a comunidade escolar.

QUESTÃO 04

GABARITO: D

COMENTÁRIO: A alternativa correta é a D - I, III e IV.

O tema da questão está centrado na ideia de que a educação deve contemplar tanto a instrução quanto a formação. A primeira relaciona-se à transmissão de conhecimentos que a humanidade acumulou, enquanto a segunda envolve a ética e a cidadania, focando no desenvolvimento integral do indivíduo para uma participação crítica e autônoma na sociedade. A proposta pedagógica discutida sugere um trabalho baseado na transversalidade e na estratégia de projetos, o que implica em uma abordagem interdisciplinar do conhecimento.

O conhecimento necessário para resolver essa questão envolve entender o conceito de transversalidade, que é a integração de diferentes áreas do conhecimento em torno de temas comuns, e a estratégia de projetos, que é uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem que envolve os estudantes na pesquisa e desenvolvimento de um projeto sobre um tema em particular.

Justificando a alternativa D:

I. Correto. A afirmação I está correta porque a articulação entre transversalidade e a estratégia de projetos de fato envolve um trabalho interdisciplinar que vê os conhecimentos como partes interconectadas de uma rede. Isso gera um caminho de aprendizado que não é linear e pode ser cheio de incertezas, o que é típico da vida real e estimula o pensamento crítico.

III. Correto. A afirmação III está correta pois, de fato, o foco do projeto deve estar relacionado a temas relevantes e atuais, como os direitos humanos ou problemas sociais, os

quais devem ser articulados aos conteúdos escolares. Isso ajuda a tornar a aprendizagem mais significativa e contextualizada para os alunos.

IV. Correto. A afirmação IV é verdadeira, uma vez que, ao longo do desenvolvimento de um projeto, diferentes disciplinas são integradas e seus conteúdos dão suporte na busca por respostas e soluções. O planejamento do que será ensinado, bem como as estratégias metodológicas, são elaborados pelo docente levando em conta o currículo e as necessidades dos alunos, o que reforça a abordagem interdisciplinar.

A alternativa II está incorreta porque sugere uma abordagem mais diretiva do docente em relação à escolha do tema do projeto, o que vai contra a ideia de envolver os alunos no processo de escolha, baseado em suas curiosidades e interesses. Isso é essencial para garantir o engajamento e a relevância do projeto para os estudantes.

QUESTÃO 05

GABARITO: A

COMENTÁRIO: A alternativa correta é a letra A, a qual afirma que a construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) necessita de isenção das influências das práticas sociais, das relações históricas e políticas desenvolvidas por seus sujeitos. Esta afirmação é incorreta pois o PPP deve ser elaborado considerando justamente essas influências, uma vez que ele é um documento norteador que reflete e orienta a ação educativa em uma instituição, tendo em vista sua realidade e contexto social, cultural, econômico e político. Portanto, a construção do PPP é intrinsecamente ligada às práticas sociais e às relações históricas e políticas que envolvem a comunidade escolar.

Para resolver esta questão, é necessário ter conhecimento sobre o que é o Projeto Político-Pedagógico e entender a sua importância na definição dos rumos da instituição educacional. Além disso, é fundamental compreender que o PPP é um instrumento democrático e participativo, que deve refletir as necessidades e anseios de toda a comunidade escolar, o que inclui reconhecer

e incorporar as diversas influências sociais e históricas presentes na realidade dos sujeitos que fazem parte da escola.

As demais alternativas apontam para características corretas do PPP:

O PPP busca a autonomia da escola para executar e avaliar suas ações, partindo de uma reflexão crítica sobre suas finalidades (Alternativa B).

Ele é mais do que apenas planos de ensino isolados, constituindo-se como uma ação coletiva e intencional que permeia a vida escolar (Alternativa C).

O PPP possui um papel fundamental na garantia de uma direção política consciente do trabalho pedagógico, incentivando o espaço de reflexão crítica (Alternativa D).

É essencial que você, enquanto candidato, compreenda que o Projeto Político-Pedagógico é um documento vivo, que deve ser constantemente revisitado e atualizado de acordo com as transformações da sociedade e da própria escola. Ele é o reflexo das intenções, escolhas e compromissos da comunidade escolar e, por isso, não pode ser desvinculado do contexto em que está inserido.

QUESTÃO 06

GABARITO: E

COMENTÁRIO: Para compreender o porquê dessa alternativa ser a correta, é importante ter um entendimento sólido sobre o planejamento educacional e as responsabilidades do professor ao planejar uma aula. O planejamento didático é um instrumento de organização do trabalho do professor e deve contemplar diversos aspectos que são essenciais para o desenvolvimento de uma aula coerente e alinhada aos objetivos pedagógicos.

As alternativas A, B, C, e D descrevem passos importantes no processo de planejamento de uma aula. Eles envolvem a definição de como avaliar os alunos, a especificação de conteúdos, a previsão de objetivos imediatos e a organização de procedimentos de ensino e atividades de aprendizagem. Estes são componentes que, de acordo com Haydt, fazem parte do planejamento de uma aula. Por outro lado, a alternativa E trata de uma

ação que vai além do escopo de uma única aula, referindo-se ao planejamento a longo prazo, como o desenvolvimento de conhecimento por um período semestral. Isso normalmente está relacionado ao planejamento curricular ou ao planejamento do programa de ensino para uma classe, e não especificamente a uma única aula.

Portanto, a opção E é a correta, pois indica uma atividade que o professor não realizaria apenas ao planejar uma aula específica, mas sim ao planejar o conteúdo de um curso ou semestre, o que é diferente do planejamento de aula individual, que é focado em objetivos mais imediatos e específicos.

QUESTÃO 07

GABARITO: C

COMENTÁRIO: A alternativa C está correta porque o planejamento pedagógico é uma ação intencional, isto é, possui finalidades definidas; organizada, pois articula objetivos, conteúdos, métodos, recursos e avaliação; e também flexível, já que pode ser revisto conforme as necessidades da turma e os resultados observados no processo de ensino e aprendizagem. Planejar não significa engessar a prática, mas dar direção a ela.

A alternativa A está errada porque reduz o planejamento a uma função meramente burocrática. Embora ele possa atender a exigências administrativas, sua finalidade principal é pedagógica, orientando o trabalho docente e favorecendo a aprendizagem. A alternativa B está errada porque apresenta o planejamento como algo estático e imutável. Na prática educativa, o planejamento deve ser constantemente reavaliado, pois o ensino exige ajustes diante das dificuldades, avanços e especificidades dos estudantes.

A alternativa D está errada porque o planejamento não é responsabilidade exclusiva da equipe gestora. O professor tem papel central nesse processo, e a construção do planejamento pode envolver também coordenação pedagógica e, em sentido mais amplo, o projeto coletivo da escola.

A alternativa E está errada porque o planejamento não é opcional. A prática pedagógica exige definição prévia de objetivos, estratégias

e formas de avaliação, ainda que essas dimensões sejam revistas ao longo do percurso.

QUESTÃO 08

GABARITO: B

COMENTÁRIO: A alternativa B está correta porque uma das funções centrais do planejamento de ensino é justamente articular os diferentes elementos da ação pedagógica: os objetivos que se pretende alcançar, os conteúdos a serem trabalhados, as metodologias escolhidas, os recursos didáticos disponíveis e os processos de avaliação. Essa articulação garante coerência ao trabalho do professor. A alternativa A está errada porque o planejamento não deve contemplar apenas conteúdos conceituais. A prática pedagógica também envolve conteúdos procedimentais e atitudinais, de modo que o desenvolvimento do estudante não se restringe à memorização de conceitos.

A alternativa C está errada porque o planejamento não se resume ao preenchimento de formulários. Essa visão burocratiza uma prática que, em essência, deve ser reflexiva, intencional e comprometida com a aprendizagem.

A alternativa D está errada porque o planejamento depende, sim, do conhecimento da realidade da turma. O currículo oferece diretrizes, mas cabe ao professor contextualizar o ensino conforme o nível de desenvolvimento, as necessidades e as características dos estudantes.

A alternativa E está errada porque um planejamento genérico e indiferenciado compromete a eficácia da prática pedagógica. O ensino deve considerar a diversidade presente na sala de aula, adequando estratégias e intervenções quando necessário.

QUESTÃO 09

GABARITO: C

COMENTÁRIO: A alternativa C está correta porque a situação descrita evidencia um planejamento construído com intencionalidade pedagógica e coerência interna. O professor parte do diagnóstico da turma, define objetivos, escolhe metodologias adequadas e

prevê instrumentos de avaliação compatíveis com aquilo que pretende ensinar. Isso mostra que planejar é organizar a ação pedagógica de forma articulada.

A alternativa A está errada porque ensino e avaliação não devem ser dissociados. A avaliação compõe o planejamento e permite acompanhar se os objetivos estão sendo alcançados, além de orientar possíveis replanejamentos.

A alternativa B está errada porque o planejamento não se baseia na improvisação. Embora a prática docente exija flexibilidade, isso é diferente de atuar sem previsão, sem metas e sem organização.

A alternativa D está errada porque desconsiderar as características dos estudantes contraria um princípio básico do planejamento: a adequação da ação pedagógica à realidade concreta da turma. Cumprir conteúdo sem considerar o aluno não garante aprendizagem. A alternativa E está errada porque o planejamento não substitui a prática docente. Ao contrário, ele serve como orientação para a ação do professor, que continua sendo mediador ativo durante todo o processo de ensino.

QUESTÃO 10

GABARITO: D

COMENTÁRIO: A alternativa D está correta porque, no trabalho pedagógico, a avaliação deve fornecer informações sobre o desenvolvimento dos estudantes e sobre a eficácia das estratégias adotadas. Assim, seus resultados podem orientar a revisão do planejamento, o reordenamento de conteúdos, a mudança de metodologias e a proposição de intervenções pedagógicas mais adequadas. A alternativa A está errada porque a avaliação não deve ocorrer apenas ao final do período letivo. Ela também precisa acontecer ao longo do processo, com função diagnóstica e formativa, justamente para informar ajustes no planejamento.

A alternativa B está errada porque planejamento e avaliação são processos interdependentes. O planejamento orienta a avaliação, e a avaliação retroalimenta o planejamento. A alternativa C está errada porque a avaliação não serve somente para atribuir notas. Essa é

uma visão restrita e classificatória. Em perspectiva pedagógica mais ampla, ela também acompanha, diagnóstica e orienta o ensino. A alternativa E está errada porque o planejamento não é capaz de prever integralmente todos os resultados da aprendizagem. Por isso, a avaliação continua sendo indispensável para verificar avanços, dificuldades e necessidades de reorientação da prática pedagógica.

QUESTÃO 11

GABARITO: A

COMENTÁRIO: A alternativa A é a correta porque refere-se à Reforma Francisco Campos ocorrida na década de 1930. Essa reforma foi um marco na história da educação brasileira, pois estabeleceu mudanças significativas no sistema educacional, incluindo a supervisão escolar. Pelo Decreto-Lei nº 19.890, de 18 de abril de 1931, houve uma transição do papel do supervisor, que deixou de ter apenas um caráter fiscalizador e passou a assumir um papel mais ativo na melhoria do processo educacional.

A supervisão pedagógica, conforme mencionado na questão, é um produto do desenvolvimento industrial e sua lógica de eficiência e produtividade, que foi posteriormente aplicada à educação. O objetivo era utilizar conhecimentos científicos para aprimorar a qualidade do ensino e medir os resultados da aprendizagem dos alunos. A Reforma Francisco Campos reconheceu e institucionalizou a necessidade dessa supervisão pedagógica, marcando o início de sua implementação legal no Brasil.

Importante destacar que essa mudança no papel da supervisão escolar evidenciou uma preocupação em transformar a educação, buscando não somente atender a demandas administrativas, mas também promover a qualidade do ensino. Isso representou um avanço significativo na concepção de supervisão educacional, influenciando as práticas pedagógicas e a formação dos professores da época.

As demais alternativas abordam eventos que também são importantes para a história da educação brasileira, mas não estão direta-

mente relacionados ao primeiro registro legal da atuação do supervisor escolar no país. A alternativa B menciona a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, que trouxe a orientação pedagógica para a inspeção, mas não foi o marco inicial da supervisão pedagógica. A alternativa C fala da LDB de 1961, que de fato descentralizou as responsabilidades educacionais, mas também não corresponde ao primeiro registro legal da atuação do supervisor escolar. Por fim, a alternativa D cita o PABAE, um programa da década de 1950 que não representa o início legal da supervisão escolar no Brasil.

QUESTÃO 12

GABARITO: C

COMENTÁRIO: Alternativa C (I, II, IV e V, apenas)

A questão aborda a forma como a educação se desenvolveu no Brasil desde a chegada dos jesuítas, os quais tiveram um papel central na educação durante o período colonial. O contexto da educação jesuítica é marcado pela influência da Contrarreforma e pela necessidade de adequação dos métodos pedagógicos às novas realidades sociais e tecnológicas da época.

Para resolver a questão, é necessário compreender não apenas a história da educação no Brasil, mas também as características da educação jesuítica, o impacto da invenção da imprensa e as mudanças no ensino causadas por fatores como controle ideológico e ajustes didáticos frente ao aumento do número de alunos.

As afirmações I e II destacam dois aspectos importantes. A invenção e o avanço da imprensa (I) foram fundamentais para a difusão do conhecimento, permitindo que os livros impressos se tornassem o suporte mais apropriado dos textos, o que era uma novidade em relação ao ensino preponderante na Idade Média. A necessidade de expurgo (II) nas obras clássicas, realizada pelos jesuítas, reflete o controle ideológico exercido pela Igreja Católica para assegurar a conformidade com a doutrina católica.

A afirmação IV fala sobre a transição do ensino preceptorial, que era individual e permitia

um controle maior do professor sobre o que o discípulo lia, para um modelo de ensino mais coletivo, que naturalmente limitava esse controle.

A afirmação V aborda a realidade prática dos colégios jesuítas, onde o elevado número de alunos exigia métodos que permitissem um controle eficiente sobre o conteúdo ensinado e a dinâmica da sala de aula.

A razão pela qual a alternativa III não está incluída no gabarito correto é que ela sugere que a relação educativa se deu apenas entre professor e discípulos, como uma novidade. No entanto, essa forma de organização já era característica da educação tradicional antes da chegada dos jesuítas e não representa uma mudança profunda decorrente dos novos condicionamentos da época.

QUESTÃO 13

GABARITO: C

COMENTÁRIO: A alternativa correta é a C - I, II e IV, apenas.

A questão explora o conhecimento a respeito do escolanovismo, que foi um movimento pedagógico de grande importância na história da educação brasileira. Esse movimento, que teve seu auge nas primeiras décadas do século XX, propunha uma série de inovações nas práticas e pensamentos educacionais, rompendo com o tradicionalismo e buscando uma educação mais centrada no aluno e em suas experiências. Cecília Meireles, citada no enunciado, era uma figura importante desse movimento no Brasil.

I. Formação da personalidade integral do educando, tendo em vista não apenas o desenvolvimento de atributos individuais, mas especialmente a reordenação da sociedade, o que caracteriza uma educação socializadora/civilizadora. Esta afirmativa está correta e reflete bem o ideal escolanovista de que a educação deveria considerar o aluno como um todo e ter um papel ativo na transformação social.

II. Aproveitamento das experiências cotidianas dos alunos sem desprezar os conteúdos das matérias escolares, o que se materializa por meio da renovação dos métodos de ensino. Esta parte também está correta e destaca

um dos pontos centrais do escolanovismo, que é a valorização das experiências de vida dos alunos como parte do processo educativo, associada à inovação metodológica.

III. Propunha o humanismo laico com uma visão valorizadora e digna do ser humano, para a qual uma visão racionalista e cética é fundamental, embora nela também seja importante a questão ética do ser humano, algo que os racionalistas não contemplavam. Este item é o que torna a alternativa errada, pois o escolanovismo não se caracterizava por um humanismo laico associado ao racionalismo cético, mas sim pela crença no potencial humano e no desenvolvimento integral do indivíduo, com ênfase no aspecto emocional e social, além do cognitivo.

IV. Redirecionamento da mentalidade dos professores, envolvendo novas concepções morais e sintonia com os avanços da modernidade, em que se incluem as contribuições das ciências à educação e a universalização do acesso à escola. Esta afirmativa está correta e alinha-se com os ideais escolanovistas de que os professores deveriam se renovar e acompanhar os progressos da época, adotando uma postura mais científica e democrática na educação.

QUESTÃO 14

GABARITO: C

COMENTÁRIO: A questão aborda as ideias de Demerval Saviani acerca da relação entre educação e política, fundamentais para compreender a Pedagogia Histórico-Crítica. Saviani argumenta que a educação tem uma função socializadora de conhecimento e, ao exercer sua especificidade, cumpre um papel político relevante. A prática educativa e a prática política são compreendidas como esferas distintas, mas que se influenciam mutuamente.

É necessário ter conhecimento sobre as teses de Saviani para identificar qual das alternativas não corresponde ao pensamento do autor. Vamos focar na Alternativa C, que é a correta, para explicar o porquê de ela ser a exceção.

A Tese 8 e a Tese 9 estão alinhadas com os argumentos de Saviani, enfatizando a inter-

dependência entre educação e política e o fato de que, em sociedades de classes, a educação é subordinada à prática política. No entanto, a Tese 10 apresenta uma afirmação que não se coaduna com a visão do autor. A tese sugere que a subordinação da educação cessa completamente com o fim da sociedade de classes, o que exclui qualquer margem de autonomia da educação. Saviani, na verdade, defende que a educação possui uma autonomia relativa, mesmo em contextos em que está subordinada à política. Ou seja, mesmo em uma sociedade de classes, a educação não está totalmente subordinada à política, mantendo algum grau de autonomia.

Assim, a Tese 10 contradiz o pensamento de Saviani, pois ele nunca afirma que a subordinação da educação é total ou que a autonomia da educação seja completamente excluída em sociedades de classes. Portanto, a Alternativa C é a correta, pois contém uma tese que não é coerente com as ideias do autor.

QUESTÃO 15

GABARITO: D

COMENTÁRIO: Alternativa correta: D - V, V, V, V, V.

Para compreender o tema da questão, é preciso analisar o conceito de democratização da educação. Em um contexto de Brasil como país capitalista periférico, lidando com problemas educacionais históricos, a busca pela democratização da escola pública envolve não apenas o acesso à educação, mas também as práticas pedagógicas e a transformação social por meio da educação.

As afirmativas da questão abordam várias dimensões que compõem o conceito de democratização da educação:

Transcender o acesso significa que a democratização vai além de permitir que as pessoas entrem na escola; trata-se de garantir que todos possam permanecer, participar e se beneficiar de um ensino de qualidade. Desenvolvimento integral dos alunos envolve a comunicação eficaz, a formação da personalidade social e a organização coletiva, aspectos fundamentais para uma educação

que considera o aluno em sua totalidade. Proporcionar saber crítico implica ensinar os alunos a pensar e atuar criticamente na sociedade, o que é essencial para a formação de cidadãos conscientes e participativos.

Reelaboração crítica do conhecimento e aprimoramento da prática educativa são essenciais para elevar cultural e cientificamente as camadas populares, promovendo uma educação que seja relevante e transformadora.

Contribuir para um projeto coletivo de mudança social significa que a educação deve estar alinhada com as necessidades imediatas e aspirações das camadas mais pobres, apoiando-as em seu papel ativo na transformação da sociedade.

As afirmativas são todas verdadeiras e refletem diferentes facetas da democratização educacional, que não é um processo singular, mas sim multifacetado e complexo, exigindo múltiplas abordagens para a sua realização plena.

QUESTÃO 16

GABARITO: A

COMENTÁRIO: A questão é respondida conforme a literalidade do ECA.

Diz o ECA:

“ Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.”

Tendo o ECA como baliza da questão, vamos comentar as alternativas.

LETRA A- CORRETA. 14 anos reproduz o pensar do art. 60 do ECA.

LETRA B- INCORRETA. 14 anos reproduz o pensar do art. 60 do ECA, e não 15 anos.

LETRA C- INCORRETA. 14 anos reproduz o pensar do art. 60 do ECA, e não 16 anos.

LETRA D- INCORRETA. 14 anos reproduz o pensar do art. 60 do ECA, e não 17 anos.

LETRA E- INCORRETA. 14 anos reproduz o pensar do art. 60 do ECA, e não 18 anos.

QUESTÃO 17

GABARITO: E

COMENTÁRIO: A questão em comento encontra resposta na literalidade do ECA. Cabe analisar cada assertiva.

A primeira assertiva está correta. Diz o ECA: “ Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

A segunda assertiva está correta. Diz o ECA: “Art. 246. Impedir o responsável ou funcionário de entidade de atendimento o exercício dos direitos constantes nos incisos II, III, VII, VIII e XI do art. 124 desta Lei:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.”

A terceira assertiva está correta. Diz o ECA: “Art. 247. Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

§ 1º Incorre na mesma pena quem exhibe, total ou parcialmente, fotografia de criança ou adolescente envolvido em ato infracional, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos que lhe sejam atribuídos, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente.”

A quarta assertiva está INCORRETA. Diz o ECA:

“ Art. 250. Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres:

Pena – multa.

§ 1 Em caso de reincidência, sem prejuízo da pena de multa, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até 15 (quinze) dias.

§ 2 Se comprovada a reincidência em período inferior a 30 (trinta) dias, o estabelecimento

será definitivamente fechado e terá sua licença cassada. “

O QUE O ECA DIZ É QUE EM CASO DE REINCIDÊNCIA, SEM PREJUÍZO DE MULTA, O FECHAMENTO DO ESTABELECIMENTO SE DÁ POR ATÉ 15 DIAS.

A ordem é V-V-V-F.

Cabe comentar as alternativas da questão.

LETRA A- INCORRETA. A ordem é V-V-V-F.

LETRA B- INCORRETA. A ordem é V-V-V-F.

LETRA C- INCORRETA. A ordem é V-V-V-F.

LETRA D- INCORRETA. A ordem é V-V-V-F.

LETRA E- CORRETA. A ordem é V-V-V-F

QUESTÃO 18

GABARITO: D

COMENTÁRIO: A questão em comento encontra resposta na literalidade do ECA.

A resposta adequada para a questão é a alternativa INCORRETA.

Diante do exposto, cabe comentar as alternativas da questão.

LETRA A- CORRETA, LOGO NÃO RESPONDE A QUESTÃO. Diz o ECA:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude."

LETRA B- CORRETA, LOGO NÃO RESPONDE A QUESTÃO. Diz o art. 112 do ECA:

“Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I - advertência;

II - obrigação de reparar o dano;

III - prestação de serviços à comunidade;

IV - liberdade assistida;

V - inserção em regime de semi-liberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional;

VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI."

LETRA C- INCORRETA, LOGO RESPONDE A QUESTÃO. Não há previsão no ECA de recolhimento compulsório de crianças e adolescentes em situação de rua.

LETRA D- CORRETA, LOGO NÃO RESPONDE A QUESTÃO. Diz o ECA:

“Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária."

LETRA E- CORRETA, LOGO NÃO RESPONDE A QUESTÃO. Diz o ECA:

““Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

I - entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público;

II - peticionar diretamente a qualquer autoridade;

III - avistar-se reservadamente com seu defensor;

IV - ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada;

V - ser tratado com respeito e dignidade;

VI - permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável;

VII - receber visitas, ao menos, semanalmente;

VIII - corresponder-se com seus familiares e amigos;

IX - ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal;

X - habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;

XI - receber escolarização e profissionalização;

XII - realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;

XIII - ter acesso aos meios de comunicação social;

XIV - receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje;
XV - manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade;
XVI - receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade."

QUESTÃO 19

GABARITO: C

COMENTÁRIO: A alternativa correta é a A) V, V, V, V, V.

Essa questão baseia-se no documento "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes" (CONANDA/CNAS), que regulamenta como as instituições (abrigos ou casas-lares) devem funcionar para garantir a Proteção Integral prevista no ECA.

Análise Detalhada das Afirmativas:

(V) Frequência à mesma escola: A preservação dos vínculos escolares e comunitários é prioridade para evitar que o acolhimento seja uma ruptura total com a vida anterior do acolhido. A mudança só deve ocorrer se houver risco à integridade física (proteção).

(V) Participação na vida comunitária: O acolhimento não pode ser um isolamento. A criança/adolescente deve usar os serviços da comunidade (praças, clubes, postos de saúde) para construir laços afetivos e sociais.

(V) Localização em áreas residenciais: O serviço deve ter aparência de uma residência comum e estar inserido na comunidade, evitando "guetos" ou o afastamento excessivo da realidade socioeconômica de origem do acolhido.

(V) Preparação para contato direto: Pessoas externas que desejam interagir dentro do serviço precisam ser orientadas. O objetivo é proteger a intimidade dos acolhidos e garantir que a interação seja pedagogicamente benéfica.

(V) Crítica às visitas esporádicas: Este é um ponto fundamental das orientações técnicas. Visitas de "caridade" ou esporádicas, onde as pessoas não criam vínculo real, são desencorajadas, pois podem causar confusão emocional e dificultar a formação de vínculos estáveis, prejudicando o desenvolvimento psíquico.

QUESTÃO 20

GABARITO: E

COMENTÁRIO: A questão em comento encontra resposta na literalidade do ECA.

A questão versa sobre gravidade de medidas socioeducativas.

A mais grave entre as expostas, segundo o ECA, é a seguinte:

"Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 1º Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

§ 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

§ 4º Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

§ 6º Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

§ 7º A determinação judicial mencionada no § 1º poderá ser revista a qualquer tempo pela autoridade judiciária. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)"

Diante do exposto, cabe comentar as alternativas da questão.

LETRA A- INCORRETA. Não é a mais grave entre as elencadas.

LETRA B- INCORRETA. Não é a mais grave entre as elencadas.

LETRA C- INCORRETA. Não é a mais grave entre as elencadas.

LETRA D- INCORRETA. Nem existe. A medida de internação não pode exceder 03 anos.

LETRA E- CORRETA. A medida de internação, certamente, é a mais grave e não pode exceder 03 anos, conforme reza o art. 121, §3º, do ECA.



Entre no nosso grupo de WhatsApp exclusivo e receba:

- Avisos de lives e eventos gratuitos.
- Materiais complementares.
- Dicas e informações quentes sobre o concurso.

CLIQUE AQUI

Quer se preparar com um curso completo, direcionado e atualizado para a SEDUC/CE?.

Conheça agora o curso mais recomendado por professores e concurseiros da área da educação.

CLIQUE AQUI

OS PEDAGÓGICOS
cursos e concursos



  /OSPEDAGÓGICOS